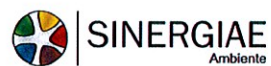


DECLARAÇÃO AMBIENTAL

1ª REVISÃO DO PDM DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL



JUNHO 2014

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	DESENVOLVIMENTO	7
3.	CONCLUSÃO	9
3.1.	Forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano	9
3.2.	Observações apresentadas pelas entidade consultadas na participação pública do plano e no relatório e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações.....	13
3.3.	Razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;	14
3.4.	As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007	15

1. Introdução

O presente documento constitui a Declaração Ambiental do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital, de acordo com o estabelecido pelo artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

A Declaração Ambiental segue a estrutura proposta no Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (DGOTDU 2008), no respetivo Anexo II, que por sua vez, reflete o conteúdo constante da alínea b) do n.º1 do artigo 10.º do Decreto-Lei supracitado, nas suas subalíneas i), ii), iv) e v). A subalínea iii), do mesmo artigo, referente às consultas de Estados Membros da União Europeia não se aplica para o Plano em questão.

Com vista ao esclarecimento, orientação e fornecimento de apoio institucional na elaboração do plano, de acordo com as alterações introduzidas ao D.L. n.º 380/99, de 22 de setembro alterado e republicado pelo D.L. n.º 46/2009 de 20 de fevereiro e do n.º 3 do artigo 3.º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho, com alterações no Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o presente plano foi acompanhado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C).

A análise do presente documento não dispensa a consulta do respetivo Relatório Ambiental, já sujeito a pronúncia e apreciação por parte da CCDR-C em particular, e ainda das restantes entidades que integraram a Conferência de Serviços. Foi também submetido à participação e apreciação do público em geral na fase de consulta pública.

O procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) aplicado à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital foi iniciado por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que transpõe para o direito português as diretrizes europeias nesta matéria. A entrada em vigor do referido Decreto-Lei encontrou o presente plano numa fase final de elaboração, na medida em que as propostas efetuadas no âmbito da revisão já se encontravam definidas/estabilizadas, nomeadamente, as opções estratégicas de desenvolvimento e os modelos de organização territorial e de proteção/valorização ambiental definidos nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes, bem como no Regulamento, praticamente em condições de seguir para Consulta Pública.

A Declaração Ambiental (DA), destina-se a informar o público, e as autoridades competentes, sobre a forma como as considerações ambientais foram retratadas na proposta do plano, e ainda as medidas de controlo previstas, vinculando a entidade ao seu cumprimento.

Após a aprovação da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital, a Declaração Ambiental deverá ser enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, acompanhada do respetivo Plano. Posteriormente, esta informação será disponibilizada ao público pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (entidade responsável pela elaboração do plano), através da respetiva página da Internet, podendo ser igualmente disponibilizada na página da Internet da Agência Portuguesa do Ambiente.

2. Desenvolvimento

O processo da AAE da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital desenvolveu-se em diversos momentos, com recurso a metodologias próprias, e articulados entre si, destacando-se:

- A definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental estratégica

Relatório de Fatores Críticos - RFC;

- Avaliação ambiental dos efeitos provocados pela implementação do Plano

Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico.

Tendo tido subjacente uma análise centrada nos cinco fatores críticos definidos no âmbito e alcance da AAE:

- Ordenamento do Território;
- Qualidade Ambiental;
- Riscos Naturais e Tecnológicos;
- Biodiversidade;
- Património Cultural.

Salienta-se novamente o facto de a revisão do PDM se encontrar em fase de conclusão aquando da entrada em vigor da legislação, como tal o processo de avaliação ambiental iniciou-se tendo de excluir do âmbito do mesmo a análise de alternativas, uma vez que as propostas efetuadas no âmbito da revisão já se encontravam definidas, nomeadamente, as opções estratégicas de desenvolvimento e os modelos de organização territorial e de proteção/valorização ambiental definidos nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes, bem como no Regulamento, aguardando-se, nessa altura, apenas o seguimento para Consulta Pública, ao abrigo do artigo 77.º do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Como resultado da aplicação do procedimento de AAE foram introduzidas alterações na proposta decorrentes do procedimento de Avaliação Ambiental, que se materializaram fundamentalmente em Diretrizes de Gestão e no Plano de Seguimento e Controlo definido para acompanhar a implementação do plano ao nível dos efeitos ambientais esperados no ambiente, contribuindo, assim, para um nível mais elevado do grau de desenvolvimento sustentável associado à implementação do Plano.

Da análise das considerações referidas no Relatório Ambiental, a proposta de plano resulta num balanço positivo com rumo à sustentabilidade ambiental do município, em várias vertentes, nomeadamente a qualificação e criação de novos espaços para a atividade empresarial e industrial devidamente infraestruturados; consolidação e qualificação das áreas urbanas; desenvolvimento e promoção da atividade turística; constituição da Estrutura ecológica municipal; promoção de espaços naturais do concelho; valorização do papel

ambiental da floresta nas políticas municipais; consideração das Orientações de gestão para a conservação de habitats e espécies do Sítio de Importância Comunitária - Carregal do Sal; proposta de medidas de promoção e preservação do património classificado e ainda proposta de novas áreas de património natural a classificar, numa óptica de aproveitamento turístico das diferentes tipologias de património.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica foi acompanhado pelas seguintes Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica (ERAE):

- Agência Portuguesa do Ambiente – APA;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro – CCDR-C;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANPC;
- Administração da Região Hidrográfica do Centro – ARH-C (atualmente Agência Portuguesa do Ambiente – APA);
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas – ICNF;
- Administração Regional de Saúde do Centro – ARS-C, I.P.

3. Conclusão

Seguindo a estrutura recomendada no Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (DGOTDU 2008) e dando cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho, é seguidamente apresentada a informação conforme a estrutura proposta:

3.1. Forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano

Decorrente da entrada do procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica na fase final da elaboração do plano, a integração das considerações ambientais na 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital resumem-se, fundamentalmente, às Diretrizes de gestão definidas, bem como ao Plano de Seguimento e Controlo a levar a cabo na implementação do plano, para o acompanhamento e monitorização dos respetivos efeitos no ambiente.

O Relatório Ambiental, sendo parte integrante do plano, constitui o principal reflexo da integração das considerações ambientais no plano. Apesar de as principais opções territoriais com efeitos no ambiente, como a qualificação e criação de novos espaços para a atividade empresarial e industrial, entre outras, foi tomada na esfera do planeamento, fora da esfera da AAE (que foi validando estas opções), todavia alvo de Diretrizes de Gestão com vista à minimização dos potenciais efeitos ambientais negativos (e potenciação dos efeitos positivos), bem como de um Plano de Seguimento anual que obtenha informação sistematizada relativa à implementação e execução do Plano (vide Ponto 3.4).

A presente Declaração Ambiental representa o compromisso assumido pela entidade responsável pela elaboração e execução do plano em implementar o conjunto de Diretrizes de Gestão e Plano de Seguimento e Controlo, que consubstanciam a integração das considerações ambientais da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital.

Apresentam-se seguidamente para cada Fator Crítico de Decisão o conjunto de Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação dos efeitos do Plano no ambiente:

Ordenamento do Território:

- Criação de factores de qualidade (estética, ambiental e paisagística), capazes de melhorar a imagem urbana e dinamizar a capacidade atrativa dos aglomerados urbanos;
- Em novas áreas habitacionais devem ser definidas áreas de circulação automóvel de diferentes funcionalidades – vias principais, via distribuidoras locais, acessos a áreas residenciais;

- Implementação/operacionalização das propostas de desenvolvimento do território e aplicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal;
- Integração no Regulamento do PDM de Oliveira do Hospital em revisão das Orientações de gestão de espécies e habitats que decorrem do SIC Carregal do Sal (Rede Natura 2000) enquadráveis no âmbito da revisão do PDM;
- Garantir que no processo de licenciamento de obras, mesmo nas áreas onde já existam compromissos assumidos, se assegure que as canalizações de linhas de água sejam amplas e não apresentam estrangulamentos;
- Assegurar uma maior racionalização na utilização dos recursos endógenos existentes, promovendo a multifuncionalidade no aproveitamento dos recursos;
- Privilegiar a instalação de atividades que contribuem para a diversificação das atividades produtivas, sobretudo nos sectores agrícola e florestal;
- Avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão de infraestruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território;
- Criação de mecanismos de incentivo à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;
- Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho;
- Promover a requalificação de todos os edifícios públicos, no sentido de proporcionar as condições necessárias a pessoas com mobilidade condicionada;
- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;
- Inventariação e atualização periódica dos recursos naturais, paisagísticos, culturais e patrimoniais existentes;
- Fomento de sinergias inter-regionais através da definição de ações comuns, tais como infraestruturização de trilhos e percursos da natureza;

Qualidade Ambiental

- Adotar medidas conducentes à resolução de problemas de salubridade e contaminação (tópica e difusa);
- Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes no concelho;
- Promover a reutilização das águas residuais tratadas;

- Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a melhoria da qualidade ambiental das linhas de água do Concelho, em colaboração com os restantes municípios que partilham as mesmas linhas de água;
- Assegurar a cobertura da rede de abastecimento e de drenagem do município;
- Promover parceria intermunicipal para a promoção da qualidade da água fluvial
- Dependendo do licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e de um tratamento de efluentes autónomo e que garanta os parâmetros de qualidade de descarga definidos pela autarquia;
- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas, de modo a assegurar a integridade física e paisagística dos ecossistemas;
- Desenvolver e implementar uma estratégia municipal orientada para a melhoria da qualidade de água das linhas de água presentes no concelho, de modo a potenciar também a valorização das praias fluviais;
- Articular o Mapa de Ruído do Concelho com os Mapas de Ruído de Concelhos vizinhos, promover a elaboração de planos municipais de redução do ruído;
- Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacto ambiental ou de incidências ambientais de todos os projetos enquadrados neste âmbito, como os Planos de urbanização, as Zonas Industriais, e áreas em expansão a criar com uma área superior a 10 ha. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento;
- Programar e coordenar as atividades de construção, especialmente as que originam ruído elevado, tendo sempre em atenção as funções desenvolvidas nas zonas próximas da obra (especialmente junto a áreas residenciais);
- Definir um horário de trabalho adequado, com a interdição de realização de atividades de construção que originem níveis de ruído elevado (como exemplo, a circulação de veículos pesados e trabalhos que recorram a maquinaria ruidosa deverão ser interditos das 20h às 7h, e durante os fins-de-semana e feriados);
- Implementar um programa de monitorização que permita uma determinação periódica dos níveis de ruído nos estaleiros e nas zonas residenciais adjacentes às obras;
- Introdução de medidas de gestão de tráfego com repercussões ao nível do ambiente acústico;
- Integração paisagística nas zonas de fronteira das áreas industriais, de armazenamento e serviços, através da criação de cortinas arbóreas de proteção visual e de poluição sonora e de poluição da qualidade do ar. Estas cortinas deverão conter uma diversidade de espécies arbóreas e arbustivas e contribuem para a redução dos efeitos do ruído e do vento. Estes espaços deverão ser devidamente conservados de modo a não aumentarem os riscos de propagação de incêndios florestais;

- Medidas que visem a preservação das linhas de água e respectivas margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola;
- Introdução de Campanhas de Sensibilização da população para de modo a minimizar e alertar para os problemas de saúde da população, decorrentes do risco de Radão;
- Implementar sistemas de Energias renováveis e de Certificação energética em edifícios da autarquia, assim como assegurar a eficiência energética dos mesmos, apelando a um uso racional de energia e à redução de emissões de CO₂;
- Garantir às autoridades competentes informação sobre a localização e identificação dos factores de risco existentes

Riscos Naturais e Tecnológico

- Atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reflorestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI;
- Promover em terrenos privados a reflorestação com espécies autóctones;
- Exigir o cumprimento dos Planos de Recuperação Paisagística das explorações de recursos minerais e assegurar o seu controlo rigoroso;
- Articular as zonas ameaçadas pelas cheias, delimitadas no âmbito da REN, com as demarcadas no âmbito do Plano Municipal de Emergência;
- Assegurar o desassoreamento das linhas de água, uma vez que o assoreamento dos canais artificiais promove o aumento da frequência das inundações;
- Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos colectores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações.

Biodiversidade

- Expressão no Regulamento do PDM em revisão das Orientações de gestão de espécies e habitats que decorrem do SIC Carregal do Sal (Rede Natura 2000) enquadráveis no âmbito da revisão do PDM de Oliveira do Hospital;
- Promoção de estudos de caracterização da distribuição das espécies e habitats com estatuto de proteção e de outras espécies com interesse conservacionista ocorrentes no concelho. Estes permitirão obter informação atualizada e rigorosa, essencial para uma adequada caracterização da situação de referência em projetos futuros. Numa fase posterior poderão contribuir para o rigor e eficácia de planos de gestão e/ou ação visando a biodiversidade que possam vir a ser propostos no concelho;
- Apresentação de propostas relativas à prevenção e combate de incêndios florestais, proteção da floresta contra doenças (e.g. nematode do pinheiro) e controlo de espécies florestais invasoras (mimosa);

- Propostas de medidas de apoio ao aproveitamento das espécies autóctones folhosas para produção de madeira de qualidade (e.g. reconversão de pinhais e eucaliptais);
- Criação de carta de Valores Paisagísticos, que permita representar a área de abrangência visual dos principais valores paisagísticos identificados.
- Proposta de medidas de promoção do aproveitamento dos recursos naturais presentes (e.g. percursos para observação de fauna e flora).

Património Cultural

- As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas ações de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos;
- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;
- Criação de mecanismos de incentivo (p. ex. redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;
- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas no Património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitectónicos dos edifícios;
- Deve ser promovida a valorização e aproveitamento do património arqueológico para a realização de atividades didáticas e científicas;
- Dinamização e salvaguarda do património histórico e arqueológico através da organização e promoção de atividades de animação cultural e recreativa;

3.2. Observações apresentadas pelas entidade consultadas na participação pública do plano e no relatório e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações

Em 2 de abril de 2013, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, deliberou submeter a discussão pública a Proposta da 1.ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital e o respetivo Relatório Ambiental, fixando um prazo de 30 dias úteis, com início a partir do 5.º dia útil após a publicação de aviso de abertura do respetivo procedimento no Diário da República. O período de discussão pública decorreu entre 24 de abril e 06 de maio de 2013 (Aviso n.º 5153/2013, de 16 de abril, no Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 16 de abril de 2013).

No âmbito do período de Discussão Pública da 1.ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital foram recebidas e consideradas 57 participações relativas à proposta da 1ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital dentro do período de discussão pública e mais 5 participações que

entraram após a conclusão do mesmo. Não foi recebida qualquer participação referente ao Relatório Ambiental. Uma das participações contém mais do que um pedido/sugestão, pelo que, no total, foram analisadas 66 pedidos.

Verifica-se que as participações recebidas incidem maioritariamente sobre a alteração da classificação do solo para urbano, prevista pela Proposta da 1.ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

3.3. Razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;

O processo de Revisão do PDM de Oliveira do Hospital iniciou-se em 2001, pelo que à data de entrada em vigor do regime jurídico da avaliação ambiental (RJAA), definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de Maio), os principais objetivos estratégicos e iniciativas territoriais já se encontravam definidas.

A nível das linhas orientadoras da metodologia para os trabalhos, assinalam-se duas fases principais:

1. Definição dos elementos estruturantes do Território Municipal e elaboração de modelos de desenvolvimento;
2. Definição dos instrumentos operacionais necessários à aplicação do plano.

As grandes opções estratégicas são tomadas na primeira fase, após a definição dos elementos estruturantes do município. Nesta fase é definido o modelo de desenvolvimento pretendido para o município, durante a vigência do PDM.

O processo de definição dos elementos estruturantes é apresentado no Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital, no qual são explanados todos os elementos que levaram à definição dos objetivos estratégicos do Plano. Este processo resulta de uma análise holística das características geográficas, sociais e estruturais e do município e da região em que se insere. A definição do modelo de desenvolvimento pretendido resulta desta análise e é nesta fase que foram definidas as grandes opções estratégicas para o município.

O modo de concretização do modelo de desenvolvimento pretendido é feito na segunda fase, através da atualização e correção do regulamento e das plantas de ordenamento do PDM, nomeadamente nos aspetos que resultam da concretização das propostas para execução dos objetivos do Plano e das alterações legislativas, entretanto publicadas que tenham alterado os elementos estruturantes (de acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 380/199, de 22 de Setembro, com as alterações dadas pelo D.L. n.º

316/2007, de 19 de Setembro, e D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro),) ou as condicionantes da ocupação do solo (e.g. nova lei da REN, Rede Fundamental para a Conservação da Natureza).

3.4. As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007

O controlo da evolução dos vários fatores críticos subjacentes à Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital será feito de acordo com o Plano de Seguimento e Controlo estabelecido (Quadro 1), que dará a percepção da aproximação ou afastamento do Plano aos efeitos esperados (oportunidades e riscos) previstos. Essa evolução será evidenciada pelo comportamento de um conjunto de indicadores específicos selecionados para cada critério de avaliação. O seguimento desses indicadores será da responsabilidade da Câmara Municipal que, anualmente (periodicidade mínima, de acordo com nº 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007), deverá reportar a sua evolução e adotar medidas adequadas sempre que haja afastamento das metas estabelecidas. O relatório resultante desta aferição deverá ser divulgado através de meios eletrónicos e remetido à Agência Portuguesa do Ambiente nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

No decorrer do processo de seguimento, poderá ser necessário ajustar os indicadores à realidade concreta da implementação e vigência do Plano, resultado de evoluções imprevistas e mudanças contextuais importantes.

Oliveira do Hospital, 12 de junho de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal,



DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Quadro 1 - Quadro de Seguimento e Controlo

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Ordenamento do Território Qualidade Ambiental	As Políticas económicas e as estratégias de desenvolvimento				
	Taxa de execução do espaço urbano programado	ha	-		2011
	Evolução da oferta de solo industrial e seu grau de ocupação	ha	-	206,88	2011
	Evolução do número de estabelecimentos industriais em solo rural	Nº	-		2011
	Evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas	ha	A definir aquando da DA	156,9	2011
	Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	Nº de estabelecimentos	-	34	2011
	Taxa de ocupação das unidades de Turismo em Espaço Rural (TER)	%	A definir aquando da DA	-	-
	Evolução dos espaços afectos à exploração de recursos geológicos				
	Índice de poder de compra - IPCC	-	-	Consolidada – 813,89	2011
	Recuperação – 49,25				
	Potencial – 2484,64				
	65,25				
	2007				
	Instrumentos de gestão territorial				
	Evolução global das áreas urbanas	ha	-	2142,1	2011
	Condicionantes, áreas naturais				
	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacional	ha	-	2573,77	2011
Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	-	4816,8	2011	
Áreas afectadas ao Regime Florestal	ha	-	599	2011	
Áreas em Rede Natura 2000	ha	-	6.576	2011	
Estrutura Ecológica Municipal	ha	-	13550,5	2011/CM de Oliveira do Hospital	
Acessibilidades e Mobilidades					
Nº de edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada					
-					
Abastecimento de Água					
Cobertura da rede de abastecimento de água					
PEAASAR: ≥ 99%					
84,28%					
2003/CM de Oliveira do Hospital					
Porcentagem do número total de análises realizadas a água tratada cujos resultados ultrapassam o limite permitido					
PEAASAR: < 1%					
3,10%					
2009 a 2010/CM de Oliveira do Hospital					
Porcentagem de perdas na rede de abastecimento de água					
-					
Drenagem e tratamento de águas residuais					
Cobertura da rede de drenagem de águas residuais					
PEAASAR: 85% (2013)					
79,89%					
2003/CM de Oliveira do Hospital					
Eficácia do tratamento realizado					
-					
%					
-					
2007 a 2011/CM de Oliveira do Hospital					
Número de ETAR em que se realiza uma reutilização de águas residuais tratadas					
-					
Nº					
0					
2011/CM de Oliveira do Hospital					
Substituição das fossas sépticas existentes por ETAR ou ETAR compactas					
-					
Nº					
37					
2011/CM de Oliveira do Hospital					

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	
Qualidade Ambiental	Recursos hídricos					
	Qualidade da água nas praias fluviais	Boa, Aceitável, Má, Interdição Temporariamente, Retirada	--	Alvão das Varzeas, Boa Avó, Aceitável	2010/ SNIRH	
	Qualidade da água subterrânea	A1, A2, A3	--	211/C33 – A2, 233/C44 – A3	2009/ SNIRH	
	Número de edifícios públicos com aproveitamento de águas pluviais	Nº	--	0	2011/CM de Oliveira do Hospital	
	Recolha e tratamento de RSU					
	Cobertura da rede de recolha de RSU	%	--	100%	2011/CM de Oliveira do Hospital	
	Cobertura e quantificação da recolha selectiva e reciclagem de resíduos	Hab/eoponto	Aumento de 25% até 2016 PERSU II	270	2011/CM de Oliveira do Hospital	
		Vidro	ton	--	198,34	2010/CM de Oliveira do Hospital
		Papel	ton	--	122,18	2010/CM de Oliveira do Hospital
		Embalagens	ton	--	67,89	2010/CM de Oliveira do Hospital
	Incremento do nº de equipamentos de recolha colocados à disposição da população	Nº	Aumento de 25% até 2016 PERSU II	82 Ecopontos completos	2010/CM de Oliveira do Hospital	
	Polluição sonora					
	Receptores sensíveis expostos a focos de poluição sonora	ha	--	Zonas de Conflito: 91,1	2012/ERU	
	Nº de queixas apresentadas pelos municípios relativas ao ruído	Nº	--	3	2010/CM de Oliveira do Hospital	
Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	--	Sensíveis: 342,8 Mistas: 2018,1	2010		
Actividades ou instalações com impacto em termos de poluição sonora	Locais	--	Áreas próximas das vias de tráfego, EN17, EN230	2010/Mapa de Ruído de Oliveira do Hospital		
Qualidade do ar						
Evolução das emissões de poluentes no concelho	t/ano	--	Partículas: 29; CO: 34; NO _x : 78; SO ₂ : 11; H ₂ S: 0 Lagos da Beira: Partículas: 0,0; CO: 0,0; NO _x : 0,2; SO ₂ : 0,2; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 321 Oliveira do Hospital: Partículas: 0,1; CO: 2,9; NO _x : 0,2; SO ₂ : 0,7; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 196 S. Paio Gramaços: Partículas: 28,5; CO: 30,6; NO _x : 77,7; SO ₂ : 10,2; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 25566	2005/CCDRC		
Eficiência Energética						
Número de edifícios da autarquia alvo de RCESE/RCCTE com classe igual ou superior a B-	Nº	PNAEE (20%)	0	2011/CM de Oliveira do Hospital		
Número de Edifícios autárquicos alvo de Microgeração	Nº	PNAEE (50%)	0	2011/CM de Oliveira do Hospital		
Incêndios						
Evolução anual do número de ignições e área arida	Nº/ha	--	19 Ocorrência /90,3ha aridos	2010/AFN		
Riscos Naturais e Tecnológicos	Porcentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta e muito alta	%	--	0	Dados base 2014/PMDFCI	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Riscos Naturais e tecnológicos	Erosão dos solos				
	Evolução da área com risco de erosão	ha	--	217,7	Planta de Condicionantes/2010
	Porcentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	--	0	2011
	Cheias				
	Evolução da área com risco de cheia	ha	--	116,0	Planta de Condicionantes/2010
	Porcentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de cheia	%	--	1,4	2011
	Exposição ao Radão				
	Evolução da área com risco de Radão	ha	--	2.312,29	2004 Mapa Risco de Radão
	Porcentagem de áreas urbanizáveis inseridas em áreas com risco de elevado	%	--	5,2	2011
	Nº de campanhas de sensibilização à população	Nº	--	0	2011/CM Oliveira do Hospital
Explosão					
Áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de explosão	ha			1,76 (Zona de Protecção)	2011
Áreas urbanizáveis inseridas em locais áreas de exploração consolidada e potenciais	ha	--	35,9	2011	
Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFNCN)					
Proposta de planos de Gestão e/ou Acção visando a conservação da biodiversidade	Nº	-	0		2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Diversidade de espécies e habitats					
Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação.	N.º	-	6 (2)		2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação.	N.º	-	6 (0)		2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Número de árvores classificadas de interesse público	N.º	-	3		2011/AFN e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Habitats protegidos. Entre parêntesis, número de habitats prioritários para a conservação.	N.º	-	4 (0)		2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Sobreposição de áreas urbanizáveis com a distribuição de habitats protegidos.	ha	-	7,1ha		2011/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Biodiversidade					
Estrutura Ecológica Municipal					
Situações potenciais de conflito decorrentes da revisão do PDM	N.º	-	1		2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Inclusão e expressividade dos corredores ecológicos do PRO-PPIN na EEM	ha%	-	5680 ha/ 42%		2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Representatividade da área arídida sobre a EEM	ha	-	2722 ha		2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Gestão e conservação da floresta					
Evolução e expressividade de Zonas de Intervenção Florestal	N.º%	-	6/(97%)		2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
Áreas com povoamentos florestais:	ha/ %	-	13610,1 ha (58%)		2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)
Pinhal	ha/ %	-	9326,4 ha (59%)		2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)
Povoamentos Mistos	ha/ %	-	2302,8 ha (9,8%)		2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Biodiversidade	Folhosas	ha/ %	-	1666,8 ha (10,5%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)
	Eucaíptal	ha/ %	-	584,2 ha (3,7%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)
	Acacial	ha/ %	-	806,0 ha (5,1%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)
	Área de Espaço Florestal de Conservação convertida em áreas urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infra-estruturas	ha/ %	-	-	-
	Paisagem				
	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/ urbanizável e industrial	ha	-	-	-
	Intrusões na paisagem em áreas sensíveis	N.º	-	14	2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Valores arqueológicos e arquitetónicos				
Património cultural	Património arquitetónico classificado ou em vias de classificação	Nº	-	24	2011
	Património arqueológico	Nº	-	3	2011

Quadro 1 - Quadro de Seguimento e Controlo

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Ordenamento do Território	As Políticas económicas e as estratégias de desenvolvimento				
	Taxa de execução do espaço urbano programado	ha	-		2011
	Evolução da oferta de solo industrial e seu grau de ocupação	ha	-	206,88	2011
	Evolução do número de estabelecimentos industriais em solo rural	Nº	-		2011
	Evolução das áreas disponíveis para implementação de actividades turísticas	ha	A definir aquando da DA	156,9	2011
	Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	Nº de estabelecimentos	-	34	2011
	Taxa de ocupação das unidades de Turismo em Espaço Rural (TER)	%	A definir aquando da DA	-	-
	Evolução dos espaços afectos à exploração de recursos geológicos	ha	-	Consolidada – 813,89	2011
				Recuperação – 49,25	
				Potencial – 2484,64	
	Índice de poder de compra - IPCC	-	-	65,25	2007
	Instrumentos de gestão territorial				
	Evolução global das áreas urbanas	ha	-	2142,1	2011
	Condicionantes, áreas naturais				
	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacional	ha	-	2573,77	2011
	Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	-	4816,8	2011
	Áreas afectas ao Regime Florestal	ha	-	599	2011
	Áreas em Rede Natura 2000	ha	-	6 576	2011
	Estrutura Ecológica Municipal	ha	-	13550,5	2011/ CM de Oliveira do Hospital
	Acessibilidades e Mobilidades				
Nº de edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Nº	-	-	-	
Qualidade Ambiental	Abastecimento de Água				
	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	PEAASAR: ≥ 99%	84,28%	2003/CM de Oliveira do Hospital
	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados ultrapassam o limite permitido	%	PEAASAR: < 1%	3,10%	Média dos anos de 2009 a 2010/ CM de Oliveira do Hospital
	Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%	--	--	--
	Drenagem e tratamento de águas residuais				
	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	PEAASAR: 85% (2013)	79,89%	2003/ CM de Oliveira do Hospital
	Eficiência do tratamento realizado	%	--	ETAR Aldeia das Dez: CBO ₅ : 73% CQO: 78% SST: 85% ETAR Avô: CBO ₅ : 93% CQO: 94% SST: 98% ETAR Digueifel: CBO ₅ : 90% CQO: 89% SST: 98% ETAR Ervedal da Beira: CBO ₅ : 92% CQO: 88% SST: 92% ETAR Lagares da Beira: CBO ₅ : 74% CQO: 67% SST: 42% ETAR Santo António: CBO ₅ : 91% CQO: 93% SST: 98% ETAR Vendas Gavinhos: CBO ₅ : 85% CQO: 75% SST: 81% ETAR Vila Franca: CBO ₅ : 80% CQO: 77% SST: 91%	2007 a 2011/CM de Oliveira do Hospital
	Número de ETAR em que se realiza uma reutilização de águas residuais tratadas	N.º	--	0	2011/CM de Oliveira do Hospital
	Substituição das fossas sépticas existentes por ETAR ou ETAR compactas	N.º	--	37	2011/CM de Oliveira do Hospital

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Qualidade Ambiental	Recursos hídricos				
	Qualidade da água nas praias fluviais	Boa, Aceitável, Má, Interdita Temporariamente, Retirada	--	Alvôco das Várzeas: Boa Avô: Aceitável	2010/ SNIRH
	Qualidade da água subterrânea	A1, A2, A3	--	211/C33 – A2; 233/C44 – A3	2009/ SNIRH
	Número de edifícios públicos com aproveitamento de águas pluviais	Nº	--	0	2011/CM de Oliveira do Hospital
	Recolha e tratamento de RSU				
	Cobertura da rede de recolha de RSU	%	--	100%	2011/CM de Oliveira do Hospital
	Cobertura e quantificação da recolha selectiva e reciclagem de resíduos	Hab/ecoponto	Aumento de 25% até 2016 PERSU II	270	2011/CM de Oliveira do Hospital
	Vidro	ton	--	198,34	2010/CM de Oliveira do Hospital
	Papel	ton	--	122,18	2010/CM de Oliveira do Hospital
	Embalagens	ton	--	67,89	2010/CM de Oliveira do Hospital
	Incremento do nº de equipamentos de recolha colocados à disposição da população	N.º	Aumento de 25% até 2016 PERSU II	82 Ecopontos completos	2010/CM de Oliveira do Hospital
	Poluição sonora				
	Receptores sensíveis expostos a focos de poluição sonora	ha	--	Zonas de Conflito: 91,1	2012/IERU
	Nº de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído	N.º	--	3	2010/CM de Oliveira do Hospital
	Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	--	Sensíveis: 342,8 Mistas: 2018,1	2010
	Actividades ou instalações com impacte em termos de poluição sonora	Locais	--	Áreas próximas das vias de tráfego, EN17, EN230	2010/Mapa de Ruído de Oliveira do Hospital
	Qualidade do ar				
	Evolução das emissões de poluentes no concelho	t/ano	--	Partículas: 29; CO: 34; NO _x : 78; SO ₂ : 11; H ₂ S: 0	2005/ CCDRC
	Evolução das emissões de poluentes por freguesia apurada	t/ano	--	Lagos da Beira: Partículas: 0,0; CO: 0,0; NO _x : 0,2; SO ₂ : 0,2; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 321 Oliveira do Hospital: Partículas: 0,1; CO: 2,9; NO _x : 0,2; SO ₂ : 0,7; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 196 S. Paio Gramaços: Partículas: 28,5; CO: 30,6; NO _x : 77,7; SO ₂ : 10,2; H ₂ S: 0,0; CO ₂ : 25566	2005/ CCDRC
	Eficiência Energética				
	Número de edifícios da autarquia alvo de RCESE/RCCTE com classe igual ou superior a B-	N.º	PNAEE (20%)	0	2011/CM de Oliveira do Hospital
	Número de Edifícios autárquicos alvo de Microgeração	N.º	PNAEE (50%)	0	2011/CM de Oliveira do Hospital
	Riscos Naturais e tecnológicos	Incêndios			
Evolução anual do número de ignições e área ardida		Nº/ha	--	19 Ocorrência /90,3ha ardidos	2010/AFN
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta e muito alta	%	--	0	Dados base 2014/PMDFCI

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Riscos Naturais e tecnológicos	Erosão dos solos				
	Evolução da área com risco de erosão	ha	--	217,7	Planta de Condicionantes/2010
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	--	0	2011
	Cheias				
	Evolução da área com risco de cheia	ha	--	116,0	Planta de Condicionantes/2010
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de cheia	%	--	1,4	2011
	Exposição ao Radão				
	Evolução da área com risco de Radão	ha	--	2.312,29	2004 Mapa Risco de Radão
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em áreas com risco de elevado	%	--	5,2	2011
	Nº de campanhas de sensibilização à população	Nº	--	0	2011/CM Oliveira do Hospital
	Explosão				
	Áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de explosão	ha	--	1,76 (Zona de Protecção)	2011
Áreas urbanizáveis inseridas em locais áreas de exploração consolidada e potenciais	ha	--	35,9	2011	
Biodiversidade	Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN)				
	Proposta de planos de Gestão e/ou Acção visando a conservação da biodiversidade	N.º	-	0	2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Diversidade de espécies e habitats				
	Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação.	N.º	-	6 (2)	2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação.	N.º	-	6 (0)	2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Número de árvores classificadas de interesse público	N.º	-	3	2011/AFN e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Habitats protegidos. Entre parêntesis, número de habitats prioritários para a conservação.	N.º	-	4 (0)	2008/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Sobreposição de áreas urbanizáveis com a distribuição de habitats protegidos.	ha	-	7,1ha	2011/ PSRN2000 e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Estrutura Ecológica Municipal				
	Situações potenciais de conflito decorrentes da revisão do PDM	N.º	-	1	2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Inclusão e expressividade dos corredores ecológicos do PROFPIN na EEM	ha/%	-	5680 ha/ 42%	2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Representatividade da área ardida sobre a EEM	ha	-	2722 ha	2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Gestão e conservação da floresta				
	Evolução e expressividade de Zonas de Intervenção Florestal	N.º/%	-	6/(97%)	2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
	Áreas com povoamentos florestais:	ha/ %	-	13610,1 ha (58%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)
	Pinhal	ha/ %	-	9326,4 ha (59%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)
Povoamentos Mistos	ha/ %	-	2302,8 ha (9,8%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	
Biodiversidade	Folhosas	ha/ %	-	1666,8 ha (10,5%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)	
	Eucaliptal	ha/ %	-	584,2 ha (3,7%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)	
	Acacial	ha/ %	-	806,0 ha (5,1%)	2014/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (PMDFCI)	
	Área de Espaço Florestal de Conservação convertida em áreas urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infra-estruturas	ha/%	-	-	-	
	Paisagem					
	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/ urbanizável e industrial	ha	-	-	-	
Intrusões na paisagem em áreas sensíveis	N.º	-	14	2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital		
Património cultural	Valores arqueológicos e arquitectónicos					
	Património arquitectónico classificado ou em vias de classificação	Nº	-	24	2011	
	Património arqueológico	Nº	-	3	2011	